

Violência Colonial em Frantz Fanon, James Baldwin e Spike Lee

Anderson Oliveira Lima

Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Brasil - landerson.01@outlook.com

Rocio Castro Kustner

Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Brasil - rkustner@uneb.br

Resumo

A temática deste artigo surgiu a partir da repercussão mundial que teve o assassinato do afro-americano George Floyd cometido por policiais brancos em Minneapolis (Estados Unidos), no contexto da pandemia do COVID-19 de 2020. O seu objetivo é analisar a violência colonial embutida nos conflitos étnicos-raciais globais à luz da teoria de Fanon (1968), na sua obra “Os Condenados da Terra”, dialogando com dois “ativistas” (ativistas e artistas) afro-americanos: o escritor James Baldwin no documentário “Eu não sou seu negro” (Peck, 2016) e o cineasta Spike Lee, com seu filme “Faça a Coisa Certa” (1988), realiza-

do em memória de outros afro-americanos que acabaram como George Floyd. Também nos servimos do documentário “A 13ª Emenda” (DuVernay, 2016), para compreender a cruel realidade de que ainda existam leis nos Estados Unidos que abrem brechas para continuar estigmatizando e condenando o negro. O trabalho está ancorado numa análise bibliográfica, cinematográfica e documental, estabelecendo um diálogo entre os mencionados autores que, desde a psiquiatria, a literatura e o cinema, denunciam a violência colonial e convidam a refletir sobre caminhos para combatê-la.

Palavras-Chave: Violência colonial, Frantz Fanon, James Baldwin, Spike Lee.

Colonial Violence in Franz Fanon, James Baldwin and Spike Lee

Abstract

This paper was motivated by the international repercussion of George Floyd's murder by white police in Minneapolis (United States), in the context of the COVID-19 pandemic during 2020. It aims to analyze the colonial violence intrinsic in the global ethnic-racial conflicts through the theory of Frantz Fanon (1968) in his book “The wretched of Earth” dialoguing with the Afro-American arti-

vists (artists and activists): the writer James Baldwin in the documentary “I'm not your Negro” (Peck, 2016), and the filmmaker Spike Lee (1988), with his film “Do the right thing” in memory of others Afro-American people who ended up as George Floyd. We also analyze the documentary “13TH” (DuVernay, 2016) to better understand the cruel reality that still stigmatizes and condemns

Afro-American people in United States. Methodologically, the paper is based on bibliographic, cinematographic and documental analyses dialoguing with these three activists

who, from the psychiatry, the literature and the cinema, denounce the colonial violence at the same time that invite us to reflect about ways of fighting it.

Keywords: Colonial violence, Frantz Fanon, James Baldwin, Spike Lee

INTRODUÇÃO

O período da colonização europeia iniciado por volta do ano de 1500 foi, indubitavelmente, um dos mais marcantes da história da humanidade, haja vista que muitas culturas negras e indígenas passaram por um processo violento de exploração, inferiorização e alienação sob a imposição dos valores supremacistas brancos dos europeus, deixando inúmeras consequências negativas ainda presentes na configuração geopolítica e sócio-histórica do continente americano. Neste contexto, a violência colonial exercida pelo Estado continua provocando mortes entre a população negra e indígena das Américas.

A temática deste artigo surgiu no contexto da pandemia da COVID-19 que o planeta todo vive desde março de 2020, e a raiz do assassinato de George Floyd por asfixia, cometido por policiais brancos em Minneapolis (Estados Unidos) no dia 25 de maio de 2020. A morte de Floyd foi registrada durante um breve momento através de um telemóvel que mostra a violência brutal exercida pelos policiais, ignorando completamente seus gritos desesperados de “não posso respirar”. O vídeo se espalhou velozmente pela mídia, convulsionando o mundo. Em pleno confinamento pela pandemia e até em países como Austrália, mobilizou pretos e brancos para manifestações com distúrbios, incêndios e derrubamentos de estátuas de personagens brancos históricos ligados à escravidão. Não foi o primeiro nem será o último, mas talvez foi o crime de violência racial que teve mais repercussão mundial graças ao poder de difusão das redes sociais no mundo global.

Dentro de todo esse contexto de violência que gera “violência”, o presente trabalho tem como objetivo analisar a violência colonial na raiz destes conflitos étnico-raciais globais à luz da teoria de Fanon (1968), na sua obra “Os Condenados da Terra”, dialogando com dois afroamericanos que aqui definimos como “artistas”: o escritor James Baldwin no documentário “Eu não sou seu negro” (Peck, 2016), basea-

do na sua última obra, inacabada, em memória de três grandes amigos lideranças dos movimentos pelos direitos civis – Medgar Evers, Malcolm X e Martin Luther King Junior; e o cineasta Spike Lee, com seu filme “Faça a coisa certa” (1988), realizado em memória de outros negros norte-americanos que acabaram como George Floyd, e como o filme termina.

Assim, os procedimentos metodológicos deste trabalho estão pautados numa análise bibliográfica, cinematográfica e documental, estabelecendo um diálogo entre esses três ativistas que, desde a psiquiatria, a literatura e o cinema, denunciam a violência colonial ao mesmo tempo em que convidam a refletir sobre caminhos para combatê-la, questionando se não há como fugir da violência sem violência. Também nos servimos do documentário “A 13ª Emenda” (DuVernay, 2016), para compreender o estigma que ainda pesa sobre o negro estadunidense, a partir do fato das prisões nos Estados Unidos (EUA) terem o maior contingente de presos do mundo, na sua maioria negros.

A VIOLÊNCIA COLONIAL VERSUS VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA EM FRANTZ FANON

Frantz Fanon nasceu em 1925 na Martinica, em uma família com ausência paterna, cuja mãe era obsecada pela ascensão social dos filhos num ambiente colonial que gerou uma pressão conflituante sobre sua personalidade. Com 17 anos se alistou no Exército Francês de Libertação para lutar contra o nazismo; a experiência da guerra deixou mais explícito para ele que o racismo não era exclusividade dos franceses brancos que se refugiaram em Martinica, mas algo praticado por todos os franceses quando se deparavam com um não branco (Faustino, 2018).

Como veterano de guerra, Frantz Fanon teve a chance de ingressar na França no curso de Psiquiatria, cujos estudos lhe levaram a escrever como trabalho de conclusão “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Em 1953, Frantz Fanon se mudou para Argélia para assumir a direção de um hospital psiquiátrico na cidade de Blida, justo um ano antes de o país entrar em guerra pela sua independência da França. Esta fase da sua vida foi essencial para entender a devastação que o colonialismo tinha causado na estrutura psíquica dos argelinos. Durante o seu acompanhamento de inúmeros casos de pacientes argelinos e franceses vítimas da guerra, ele escreveu uma de suas últimas obras aqui analisada – “Os Condenados da Terra” - que finalizou nos Estados Unidos,

onde foi se tratar do câncer do qual morreu em 1961 (Faustino, 2018).

Na sua seminal obra, “Os Condenados da Terra”, Fanon (1968) analisa a violência implícita na relação entre o colono e o colonizado e as suas consequências, que em grande parte perduram até os dias atuais. Observa o mundo colonial cindido em dois e separados por uma fronteira demarcada pelos quartéis e delegacias de polícia das cidades onde os espaços habitados e frequentados pelos colonos eram segregados dos habitados e frequentados pelos colonizados.

Para Fanon (1968), a cidade do colono era “uma cidade sólida, de pedra e ferro; uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitavam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas”. Enquanto a cidade do colonizado “é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados (...) uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz” (Fanon, 1968, p. 29). Esta divisão permaneceu em muitas cidades de alguns países colonizados, como no Brasil. Nessa perspectiva, Fanon (1968, p. 29) observou que:

O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente, mas sempre alerta: “Eles querem tomar o nosso lugar.” É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono.

Claro que o colonizado queria estar no lugar do colono. Veremos como o escritor e ativista do Harlem, James Baldwin, em uma de suas entrevistas, deixou bem claro que o que o negro quer é o mesmo que o branco – uma vida digna e em paz, sem ser definida pelos brancos. Mas para o branco colono, explica Fanon (1968), que vivia com medo do colonizado tomar o seu lugar, o colonizado violentado virou uma ameaça. Daí a necessidade da violência como dispositivo de controle e segurança, principal meio utilizado pelos colonos para disseminar o terror, punir e controlar as ações de resistência dos escravizados.

A violência dos colonos não era apenas física, mas também cultural e simbólica. Ela presidiu o arranjo do mundo colonial, ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas e arrasou completamente os modos da aparência e do vestuário, além de valores e costumes, ou seja, as diferentes culturas. De tal forma que

a obra de Fanon (1968) evidencia, tanto na América quanto na África, o genocídio sistêmico e generalizado de diferentes grupos étnicos.

Fanon (1968) sinaliza como um dos principais agentes de dominação a Igreja Cristã, uma Igreja de brancos e estrangeiros que não chamava o colonizado para a via de Deus, mas para a via do branco, a via do patrão, a via do opressor, para submetê-lo aos valores cristão vigentes, dos que o colonizado, considerado sem alma, estava desprovido “não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores” (Fanon, 1968, p. 30).

Por este mecanismo, explicado pelo o antropólogo Clifford Geertz (1989) como a tendência do ser humano de transformar o estranho como monstro conhecido perante a sua incapacidade de reconhecê-lo como diferente e desconhecido, é que o negro da África e o indígena das Américas se tornaram para o branco colonizador europeu o mal absoluto “elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças malélicas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas” (Fanon, 1968, p. 31).

O indígena, desconhecido, era condenado como monstro porque fugia das referências ocidentais; era desprovido de valores, porque não eram os mesmos dos colonos, “referentes” de cultura e humanidade. Assim passou a ser tratado como selvagem que precisava ser domesticado – não existe pior violência que desprover aos seres humanos sua humanidade. Ainda a imposição cultural era também utilizada pelos colonos como estratégia para inferiorizar o colonizado, deixando anulada a sua capacidade de criar cultura e, inclusive, negando a sua ancestralidade.

Para exercer a violência explícita, ou seja, fisicamente, em caso de qualquer tipo de “anormalidade” produzida pelo colonizado, o colono se serve da figura do intermediário, encarnado no gendarme e o soldado, que, segundo Fanon (1968, p. 28):

Por suas intervenções diretas e frequentes, mantém contato com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência da ordem. O intermediário leva a violência a casa e ao cérebro do colonizado.

Os intermediários são as forças de repressão, como a polícia e o exército utilizados pelos colonos para repreender qualquer tipo de reação dos colonizados perante o sistema colonial, com o objetivo de deixar os colonizados na sua zona de subalternização e a burguesia branca em sua zona de conforto inabalável. Mas Fanon (1968) testemunhou como os conflitos nas lutas de libertação nacional da Argélia se intensificaram a partir do momento em que o colonizado percebeu “que sua vida, sua respiração, as pulsações de seu coração são as mesmas do colono (...) que uma pele do colono não vale mais do que uma pele indígena” (Fanon, 1968, p. 34).

Para Fanon (1968), o processo de descolonização na sua essência não tem como não ser violento porque, para que o colonizado possa ser livre e recuperar a sua humanidade, o colono que exerce a violência como forma de se afirmar perante o colonizado deve deixar de existir juntamente com o seu sistema de dominação. O colonizado só será livre quando expulsar o colono do seu território e enterrá-lo profundamente, se rebelando perante o sistema de dominação colonial.

Para entender a violência libertadora de Fanon (1968), precisamos entender bem o estigma deixado pela violência colonial nos países com populações escravizadas. Tanto assim que nas Américas e na África continua o genocídio sistêmico da população não branca, com a participação do Estado, que além de recorrer à força policial, não desenvolve políticas suficientes para integrar à população negra. Nesse ponto, é bom lembrar primeiramente alguns fatos no processo pós-abolição nos Estados Unidos.

A 13ª EMENDA E VIOLÊNCIA PENITENCIÁRIA NOS ESTADOS UNIDOS

No documentário “A 13ª Emenda”, lançado pela Netflix em 2016, a diretora afro-americana Ava DuVernay- que dirigiu também *Selma* (2014), sobre as marchas de Selma a Montgomery lideradas por Luther King, entre outros -apresenta o sistema penitenciário como um dos principais dispositivos utilizado pelo Estado estadunidense para continuar escravizando a população negra, aproveitando a brecha que abre a 13ª Emenda da Constituição dos EUA de 1865, que torna inconstitucional alguém ser mantido escravo com exceção de “criminosos” – criminoso poderia ser qualquer pessoa fora da “norma”: sem trabalho e/ou sem lar, que foi como ficou o ex-escravizado após a abolição. Para DuVernay (2016) esta brecha que abre a Emen-

da foi explorada de maneira imediata, tendo em vista que a partir deste período os afro-americanos começaram a ser presos em massa, por crimes insignificantes, como vadiagem ou vagabundagem. O objetivo do Estado era criminalizá-los e, com isto, obrigá-los de maneira “legal” a trabalhar sem remuneração para reconstruir a economia estadunidense após a Guerra Civil, ocorrida entre os anos de 1861 e 1865.

Por isso não é casualidade que os EUA, que abrigam 5% da população mundial, em 2016 tinham 25% dos detentos do mundo, dos quais cerca de 40% eram negros. No ano de 1970, a população carcerária estadunidense era aproximadamente de 357 mil detentos, número que aumentou gradativamente a cada nova década, atingindo no ano de 2014 cerca de 2,3 milhões de presos, e tornando o sistema carcerário um negócio altamente lucrativo, controlado por empresas do setor privado que integram o *American Legislative Exchange Council - ALEC*, a exemplo da *Corrections Corporation of America - CCA*. De tal forma que em 2016 existiam mais afro-americanos sob supervisão criminal do que escravizados na segunda metade do século XVIII (DuVernay, 2016).

Outra estratégia usada pelo Estado para criminalizar o povo negro foi a guerra contra as drogas, que começou a ganhar força a partir do governo do presidente Ronald Reagan (1981-1989). Neste período os noticiários da televisão começaram a exibir imagens de afro-americanos algemados, presos principalmente por conta do tráfico de drogas. Logo, os estereótipos atribuídos a eles, como “superpredadores”, “seres sem alma”, “vagabundos” etc., começaram a ser reforçados sistematicamente e deliberadamente por anos, para os “cidadãos de bem” acreditarem que os negros são criminosos. Além disso, o sistema judiciário nesta época discriminava menos as pessoas que usavam/traficavam cocaína em pó, maioritariamente brancas, que as que usavam/traficavam o crack, droga dos subúrbios, geralmente usada por negros. Este fator tornava as punições mais severas para os traficantes e usuários do crack do que para os da cocaína (DuVernay, 2016).

Durante o governo do presidente Bill Clinton (1993-2001), especificamente no ano de 1994, foi criada uma Lei Federal para destinar 30 bilhões de dólares na expansão do número de prisões e aumentar o quantitativo de policiais nas ruas (DuVernay, 2016). Esta verba poderia ter sido destinada para obras e projetos esportivos, socioeducativos e culturais e de geração de renda na prevenção dos jovens entrarem no mundo das drogas. Enquanto que tanto a estratégia política de guerra contra as drogas utilizada pelo presidente Reagan para vencer as eleições do ano de 1980, quanto a Lei Federal apresentada pelo presidente Clinton foram decisivas para que

a força policial e o sistema carcerário estadunidense se tornassem o que são hoje: dois sistemas altamente perversos, sobretudo com os negros, sobre os que continuam pesando a violência e o genocídio coloniais, como vimos no caso de George Floyd e tantos outros que lhe precederam.

A violência colonial não é um problema por si só, é um reflexo de um sistema brutal de controle racial e social conhecido como encarceramento em massa, que ameaça inúmeros ativistas que lutam contra ela, como foram Medgar Evers, Malcolm X e Martin Luther King Junior, sobre os que James Baldwin fala no documentário “Eu não sou seu negro”.

JAMES BALDWIN: “EU NÃO SOU SEU NEGRO”

A luta dos negros estadunidenses pela igualdade racial e o fim do racismo pode ser analisada no documentário “Eu não sou seu negro”, dirigido pelo cineasta haitiano Raoul Peck e lançado nos Estados Unidos pela Netflix em 2016. O documentário está baseado na inacabada obra literária do escritor e ativista afro-americano James Arthur Baldwin (1979) intitulada *Remember this House*, que aborda a história de vida de três admiráveis ativistas negros assassinados nos anos de 1960 antes de completarem 40 anos de idade: Medgar Evers, Malcolm X e Martin Luther King Junior. Foram três amigos que James Baldwin perdeu no período de cinco anos: Evers foi assassinado aos 37 anos de idade, no dia 12 de junho de 1963; Malcolm X, aos 39 anos, no dia 21 de fevereiro de 1965; e Luther King aos 39 anos, no dia 4 de abril de 1968. Os três ativistas, apesar de suas visões diferentes em relação às estratégias que os negros deveriam usar na luta étnico racial, tinham como objetivo em comum a luta pelo fim do racismo e da desigualdade étnico racial – como Fanon e James Baldwin.

Nascido no Harlem, um bairro afro-americano de Nova York cheio de igrejas evangélicas, neto de escravizado e filho de família pobre e protestante, James Arthur Baldwin (1924-1987) cresceu em um ambiente religioso, mas também conturbado: sua mãe abandonou o pai biológico do escritor, por estar viciado em drogas, e casou-se com um pastor, fato que marcaria a vida dele, se empatizando com os “marginais” como seu pai, aos que queria entender, e tomando aversão à religião, pois não via no seu padrao pastor exemplo de bom cristão, quando abusava dele verbalmente (Bezerra, 2017).

Para entender James Baldwin temos que conhecer seu tempo – todos somos fruto de nosso tempo, mesmo que não só isso, como ele falaria. Vimos que a 13ª Emenda de 1865 foi uma forma de perpetuar a escravização e a violência colonial, e não era diferente nos anos de 1930 e 1940, época de apogeu da *Ku Klux Klan* na que cresceu e viveu James Baldwin no seu Harlem afro-americano. Também viveu o *Apartheid* dentro da era *Jim Crow*, que começou em 1876 e só terminou em 1965, período durante o qual nos estados do sul dos Estados Unidos os espaços públicos eram separados para negros e brancos.

Neste contexto social, James Baldwin nunca se sentiu um cidadão estadunidense respeitado e desde jovem foi conscientemente sensível ao racismo que sempre observou na sua proximidade e que retrataria densamente nos seus livros. Por isso, com 24 anos, em 1948, imigrou para a França. Cinco anos mais tarde, na Suíça, terminou seu primeiro livro, muito autobiográfico: *Go Tell It on the Mountain*, e dois anos depois, a coletânea de ensaios *Notes of a Native Son* (Notas de um Filho Nativo), sobre diversas histórias de racismo de seu país natal que nunca esqueceu na distância. Nove anos mais tarde, em 1957, voltou para os Estados Unidos para formar parte da luta pelos direitos civis dos negros junto com Malcolm X, Martin Luther King, Huey Newton e Ângela Davis (Bezerra, 2017).

Como escritor comprometido com a luta contra o racismo, era um “artista” à frente de seu tempo, pós-moderno, que com o domínio da oratória e da escrita questionava todo tipo de etiqueta que lhe fixasse numa identidade criada segundo a visão do outro, ainda mais pela sexualidade não hetero-normativa. Para ele, “mas uma vez que você discerne o significado de rótulo, isso parece definir você para os outros, mas não tem o poder de definir você para você mesmo” (depoimento recolhido no documentário de Peck, 2016). Por isso o seu comportamento era provocador, objetivando sempre romper com os esquemas pré-estabelecidos pela cultura predominante branca e masculina, e sua aguda sensibilidade para com a discriminação racial e de gênero se deixava refletir no seu semblante trágico ao mesmo tempo em que por vezes irônicas.

O documentário “Eu não sou seu negro” (frase dita por James Baldwin numa das entrevistas recolhidas) reflete, de forma impactante e clamando por empatia, sobre o racismo até a atualidade através do rosto expressivo de James Baldwin; da dor de ser negro num país, num mundo, dominado pelos brancos, dor sobre a que também presta declaração, horrorizado do terror no que cresceu e viu os vizinhos da sua comunidade do Harlem crescer:

Eu sei como você vai vendo enquanto vai crescendo e não é figura de linguagem, os cadáveres dos seus irmãos e irmãs se amontoando ao seu redor. E eles não fizeram nada (...) o que se percebe é que quando você tenta se impor e encarar o mundo como se tivesse o direito de estar aqui, você atacou toda a estrutura de poder do mundo ocidental (...) o que acontece é: um irmão matou o irmão sabendo que era seu irmão! Brancos lincham negros sabendo que eram seus filhos! Mulheres brancas mandaram queimar negros sabendo que eram seus amantes! Isso não é um problema racial. É um problema de estar disposto a olhar para a sua vida e ser responsável por ela, e então começar a mudá-la (depoimento recolhido no documentário de Peck, 2016).

Nessa consciência de olhar para mudar a própria realidade é que James Baldwin queria homenagear os seus admirados amigos, os três ativistas assassinados, explicitando também as suas divergências. Medgar Evers foi o presidente em Mississipi da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor - NAACP, uma das primeiras organizações pelos direitos civis, criada em 1909, em reação ao linchamento de dois negros em Springfield (Illinois) um ano antes. Mas James Baldwin nunca se afiliou ao NAACP, por considerar que nos estados do norte tinha uma conotação classista para suas raízes pobres.

Referente à Luther King, achava-o esquisito por ser um autêntico cristão e, como tal, defensor da não violência por acreditar que os negros nas manifestações pelos direitos civis deveriam compreender a filosofia da “não-violência” para ser capaz de enfrentar sem revidar os cães e todos os métodos brutais utilizados pela supremacia branca para retaliar as populações negras. James Baldwin não podia entender como Luther King podia seguir o princípio de ser receptor da violência sem jamais infligir a violência ao outro.

Para James Baldwin, Malcolm X representava melhor o clamor do povo negro dos Estados Unidos que, sendo vítima da violência, deveria também se valer dela como força de resistência aos ataques do agressor. Não encontramos menções referentes a algum encontro entre Malcolm X e Frantz Fanon, mas ambos concebiam a violência do negro frente ao branco como ato de defesa perante a sua opressão e dominação. Porque, como dizia James Baldwin, “a raiz do ódio do negro é a raiva; a do branco é o terror” (depoimento recolhido no documentário de Peck, 2016). Mas James Baldwin também não se identificava com o movimento muçulmano ao que se aderiu Malcolm X, que via todos os brancos como inimigos – James Baldwin tinha bons

amigos brancos – nem reivindicava uma mítica volta à África: ele havia nascido nos Estados Unidos e queria ser tratado como um cidadão estadunidense.

A realidade é que, como observou James Baldwin, o negro das Américas cresceu numa civilização “que sempre tem glorificado a violência, menos quando é o negro que tem a arma (...) o país só se interessa pela não-violência quando parece que é o negro que fica violento, não se preocupa quando o violento é um xerife do Alabama” (depoimento recolhido no documentário de Peck, 2016). Por isso que James Baldwin considerava a não violência de Luther King menos mobilizadora que o ativismo de Malcolm X. Mas como grande escritor “artista”, ele advogava pela força da palavra como arma para lutar, e como seus três amigos ativista assassinados, se sentia só livre na luta, - fora dela, “estamos cruelmente presos entre o que gostaríamos ser e o que somos (...) o negro neste país é tão brilhante ou tão escuro quanto o futuro do país” (depoimento recolhido no documentário de Peck, 2016).

Sofria porque queria formar parte do grande país norte-americano com os mesmos direitos que qualquer outro cidadão branco. Mas também tinha consciência, até doer, de que ele era fruto desse contexto histórico da violência colonial trazida pelo sistema escravocrata. Essa consciência tão esclarecedora lhe atormentava no desejo de ser um cidadão americano como outro qualquer:

Eu só quero viver em paz na América (...) eu quero exatamente o que os brancos querem, não quero ser definido por vocês (...) creio que vocês e nós podemos aprender uns com os outros. Se vocês são capazes de superar o velo da minha cortina da minha cor, é o que vocês usam para evadir os fatos de nossa história comum, os fatos da vida americana (...) sou um homem como vocês, quero viver como vocês, este país é meu também, pago tanto quanto qualquer um de vocês (...) branco significa europeu, negro africano, mas ambos sabemos que temos estado bastante tempo por aqui, que não podemos voltar - ou vivemos juntos ou morremos juntos, não sou eu que estou dizendo, o tempo dirá: ô escutam ou morrerão. Se o branco inventou o negro, e ele que tem que responder por que, encarar essa pergunta (...) depende inteiramente do povo norte-americano se vai ou não encarar, lidar e abraçar a este desconhecido sobre quem tem falado mal por tanto tempo (depoimento recolhido no documentário de Peck, 2016).

Mas James Baldwin não terminou seus dias na sua amada e ao mesmo tempo odiada, ou melhor dizendo sentida América; morreu por causa de um câncer, aos 63

anos de idade, no dia 1 de dezembro de 1987, em St. Paul de Vence (França). Além de suas obras de grande valor humano e literário, deixou como legado os depoimentos de intensa dor recolhidos neste documentário que claramente nos diz, com alguma semelhança com a convicção de Fanon, que o negro é um invento do branco: “eu não sou seu negro”; que reconhecer este fato pela nação americana, pelo mundo ocidental do branco, seria o certo a fazer. Dois anos depois de sua morte, outro “artista” afroamericano convidaria a esta mesma reflexão através do cinema.

O ATIVISMO CINEMATOGRAFICO CONTRA A VIOLÊNCIA COLONIAL DE SPIKE LEE: SEMPRE TENTANDO FAZER A COISA CERTA

Spike Lee nasceu no final da década de 1950 no sul segregacionista dos Estados Unidos (Geórgia), e com seis anos sua família se mudou para Nova York, numa época em que a cidade estava recebendo muitos emigrantes que a converteriam na cidade cosmopolita por excelência. Cresceu numa vizinhança italiana do bairro de Brooklyn, no seio de uma família negra de pai músico de *jazz* e de mãe professora de arte e literatura, que levava Spike Lee aos *shows* musicais de *Broadway*. Ambos eram ativistas contra a guerra do Vietnã e dos movimentos pelos direitos civis contra a lei segregacionista *Jim Crow* (Pérez, 2008). Todo este ambiente foi marcando seu caráter de artista e ativista –“artista”.

Com 11 anos de idade, Spike Lee viveu os motins raciais desencadeados pelo assassinato de Luther King em mais de 100 cidades e incêndios em vários distritos comerciais de bairros negros que resultaram em 40 mortes. Nos anos de 1970, latinos, asiáticos e indígenas assumiram também lutas pelos seus direitos. Todos estes fatos levaram Spike Lee a ler a Autobiografia de Malcolm X, de Alex Haley, em meados dessa década, que determinaria o seu ativismo na denúncia da violência colonial (Pérez, 2008).

Em 1977, Spike Lee se graduou como comunicador com a sua obra-prima que já recolhe os conflitos em bairros de negros e hispanos: “O último barulho no Brooklyn”, sobre o apagão de 25 horas que sofreu Nova York e que originou uma onda de saqueios no Harlem em 1980. Esse ano, na *New York University’s Film School*, realizou com muito sucesso a curta-metragem *The answer* (A resposta), sobre um negro contratado para escrever uma nova versão do filme racista pró *Ku Klux Klan*, onde os negros, representados por brancos pintados, eram retratados de selvagens e ignorantes: “O nascimento de uma nação”, que D.W. Griffith realizou em 1915 (Pérez, 2008).

Recordemos que a década de 1980 começa com o governo de Ronald Reagan, quando os Estados Unidos mais presumiram de seu estilo americano de vida, baseado no consumo, no conforto e no materialismo. O consumismo se desatou junto com as drogas: cocaína para a burguesia e crack para os pobres, ocasionando muito lucro e consequentemente, guerra por controle dos territórios, sendo os negros e hispanos os mais criminalizados e expostos à violência e à morte (Pérez, 2008). Foi uma época de grandes tensões raciais, sobretudo na cidade amada de Spike Lee: Nova York, onde a violência acometida por policiais – os intermediários escolhidos desde a dominação colonial, como analisou Fanon - levaria a ele filmar em 1989 sua mais impactante obra de denúncia, que resultaria no filme por muitos considerado o melhor: *Do the right thing*, em português “Faça a coisa certa”. É o filme que neste trabalho nos serviremos para analisar a violência colonial pesquisada por Fanon e retratada por James Baldwin, sofrida por ambos junto com Spike Lee e tantos outros afro-americanos que acordaram para a consciência da negritude com as grandes lideranças que foram Luther King e Malcolm X. Vejamos primeiro as vítimas da violência colonial em cuja memória Spike Lee quis polemizar sobre o que seria fazer a coisa certa num mundo tão errado.

No dia 15 de setembro de 1983 o jovem artista negro Michael Stewart morreu estrangulado em circunstâncias estranhas pela polícia após ser detido quando pintava um grafite no metrô de Manhattan – ele inspirou o personagem que tragicamente é estrangulado pela polícia no final do filme, *Rádio Raheem*. Um ano mais tarde Eleanor Bumpers, uma senhora de idade com problemas mentais, foi assassinada pela polícia quando tentava tirá-la de seu apartamento no bairro nova-iorquino do Bronx no dia 29 de outubro de 1984 – a senhora de idade sempre mal-humorada e assomada na janela no filme poderia lembrar a ela. Em 1985, Edmund Perry, um rapaz de 17 anos do Harlem foi morto a tiros por um policial à paisana de 24 anos, dez dias depois da graduação de Spike Lee (Pérez, 2008).

Michael Griffith, no dia 20 de dezembro de 1986, morreu atropelado tentando fugir de um grupo de jovens ítalo-americanos o hostilizaram e aos seus amigos do Brooklyn numa pizzaria em Howard Beach, bairro nova-iorquino do Queens. O assassinato provocou muitos protestos e uma marcha organizada por ativistas negros ao redor da Ponte do Brooklyn, conhecida como “Dia da Raiva”. Alguns destes ativistas queriam boicotar por um dia o consumo em pizzarias, fato que levou Spike Lee a desenvolver a trama do seu filme em torno a uma pizzaria de italianos num bairro de negros e latinos no Brooklyn. No início de 1988, Tawana Brawley, uma adoles-

cente negra, foi estuprada por um grupo de brancos que ela identificou como policiais, entretanto mais tarde ela se retratou. Este caso motivou Spike Lee a incluir sua opinião no roteiro de forma metafórica: no muro da pizzeria do filme aparece escrita a frase: “Tawana falou a verdade” (Pérez, 2008).

Assim, “Faça a coisa certa” resulta de um quebra-cabeça engenhosamente montado, através de criativas metáforas sobre fatos reais acontecidos em Nova York durante a década de 1980 (Pérez, 2008) que evidenciam a perpetuação da violência colonial exercida contra os afro-americanos, apesar das grandes lutas pelos direitos civis travadas durante a década de 1960. O grandioso e ao mesmo tempo trágico do filme reside na sua atualidade, que nos convida a refletir sobre o que seria o certo a fazer perante a violência colonial ainda no ar, como vimos no caso de George Floyd.

O filme vai se desenvolver em torno da pizzeria de uma família italiana (pai e dois filhos) frequentada por todos os moradores de um quarteirão no bairro do Brooklyn: majoritariamente negros e hispanos, que consomem também na mercearia de emigrantes coreanos – só a rádio local, a Rádio *Love*, é gerenciada por um afro-americano, que divulga a música negra desde a janela do seu estúdio, alçada como um trono sobre o bairro, observando a vida passar e comentando como o dia vai se esquentando.

A trama do filme acontece num sábado muito quente, quando a vizinhança, majoritariamente negra, se encontra na rua: o “prefeito”, o típico velhinho que toma suas cervejinhas (sempre na mercearia dos coreanos) para se refugiar da sua solidão, depois de ter perdido a sua família tragicamente; ele paquera outra vizinha da sua idade, aquela sempre assomada pela janela e também frustrada por uma vida de discriminação. É chamado de “prefeito” pelo seu papel conciliador no bairro, sempre querendo dar bons conselhos – “faça a coisa certa”, num momento ele diz ao repartidor de pizza, interpretado pelo próprio Spike Lee.

Aparecem também três “negões”, senhores maduros sentados na frente da mercearia dos coreanos, que passavam o dia tomando “uma” e falando da vida no bairro – no meio da conversa se perguntaram como os coreanos, praticamente recém-chegados, conseguiram abrir seu negócio quando os negros, que tanto tempo levam no bairro, não conseguiram abrir nada.

Enquanto o jovem *Rádio Raheem* sempre circulava com seu som tocando a música de *Public enemies* “*Fight the power*” (combate o poder), e o jovem impecavelmente vestido na moda *rappera* queria reivindicar espaço de identidade negra na pizzeria do italiano que toda a vizinhança frequentava, reclamando para o dono colocar fotos de

famosos negros no lugar dos italianos – chamaremos ele do “afro-reivindicador”. Não faltava o maluquinho do bairro, um branco que sempre carregava fotos de Luther King e Malcolm X para vender, e o ciclista branco que ofende enormemente ao “afro-reivindicador” ao sujar acidentalmente seus brancos tênis com a *bike* quando volta para casa. Por último, os jovens latinos, que também frequentavam a pizzaria e curtiam sua música caribenha (a salsa) na rua - num momento do filme disputaram com *Rádio Raheem* o espaço público para ocupar com sua música.

Nesta quadra no bairro do Brooklyn onde se mistura a convivência de afro-americanos, latinos, coreanos e italianos na relação de amor e ódio que movimenta o mundo - segundo *Rádio Raheem* tinha simbolizado nos anéis de suas mãos– Spike Lee não quis mostrar uns melhores que os outros: todos em vários momentos exibiram algum tipo de intolerância com o outro numa série de xingamentos por conta das diferenças étnico-raciais – eram os latinos se queixando da música de *Rádio Raheem* e vice-versa, o “prefeito” e *Rádio Raheem* dos produtos dos coreanos, o afro-reivindicador das fotos dos famosos italianos na parede da pizzaria, o filho do dono, abertamente racista, de todo o que via nesse espaço compartilhado de maioria negra.

Figura 1

Faça a Coisa Certa (Lee, 1989)



Assim, o filme nos convida a refletir sobre o desafio da tolerância nos centros urbanos multiculturais onde, no meio de toda cena, de quando em quando aparece a viatura, no filme com dois policiais brancos, vigiando a rua – “que desperdiço” comentaram os policiais olhando com desprezo para os três “negões”, que comentaram o mesmo olhando para os policiais.

O repartidor na pizzaria do italiano trabalhava junto com os dois filhos do dono – um deles próximo a ele e o outro sempre em inimizade pelo seu racismo e descontentamento com o bairro. Já o pai, dono da pizzaria, tinha um afeto pela vizinhança que atendia na sua pizzaria durante anos. A relação entre ele e o repartidor de pizza poderia ser vista como de exploração. Mas enquanto o dono da pizzaria é o típico gerente cobrando serviço com o seu caráter italiano, o repartidor de pizza é o típico jovem relaxado que parecia não “se esquentar” com nada: mora no apartamento da irmã, e tem um filho que é criado pela mãe latina - ambas sempre cobrando dele maior responsabilidade, algo muito comum nas sociedades patriarcais geridas por mulheres dos bairros populares.

O dia vai se esquentando com o conflito que vai se tecendo desde o momento que o jovem afro-reivindicador implica com o dono da pizzaria por conta das fotos nas paredes de famosos artistas italianos, já que o bairro era maioritariamente negro.

Figura 2

Faça a Coisa Certa (Lee, 1989)



Aqui aparece a luta pelo espaço, pela representatividade, pelo lugar de fala que diria Djamila Ribeiro, que Spike Lee apresenta de forma muito polêmica: é esse o lugar certo a ser reivindicado pela negritude? A própria irmã do repartidor aconselha a ele canalizar suas reivindicações por outro lado, procurando o próprio espaço dele, e os próprios jovens negros e latinos relutam a se unir com o afro-reivindicador para boicotar a pizzaria que gostam de frequentar – só o jovem *Rádio Raheem* se adere ao boicote. E aqui começa o drama que terá um final trágico.

Ao terminar o dia, o dono da pizzaria, feliz da venda, resolveu convidar seus clientes habituais que queriam entrar após a pizzaria fechada. Todas as personagens jovens que circularam pela rua nesse dia de calor se encontraram nessa noite na pizzaria, incluídos o “afro-reivindicador” e *Rádio Raheem*, com seu som tocando, o que incomodou o dono da pizzaria, que ordenou desligá-lo. *Rádio Raheem* não só não desligou, mas aumentou o volume, irritando o dono da pizzaria até o ponto de quebrar o som com um taco de *beisebol*. O fato hostilizou todos ali presentes, desencadeando uma luta entre eles até chegar os dois policiais brancos, que detêm o “afro-reivindicador” e *Rádio Raheem*, que terminou asfixiado como George Floyd.

Figura 3

Faça a Coisa Certa (Lee, 1989)



O repartidor de pizza, que parecia não se “esquentar com nada”, observando a cara paralisada ao mesmo tempo que enfurecida da vizinhança toda, desta vez tomou atitude e jogou o balde de lixo contra o vidro da pizzeria ao grito de o ódio vencedor, e todos lhe seguiram saqueando e destruindo o local; o maluquinho botou fogo no local e finalmente pregou as fotos de Luther King e Malcolm X na parede dos famosos italianos. Tudo aconteceu repentinamente frente à mirada aterrorizada do dono da pizzeria e seus filhos, arroupados pelo “prefeito”.

No dia seguinte, o bairro voltou ao normal, ao som das músicas da *Rádio Love*, mas não mais de *Rádio Raheem* – venceu o ódio do branco, cuja raiz é o terror, que provocou a raiva entre a vizinhança, como diria James Baldwin, perante a violência colonial que se perpetua na figura intermediária da polícia, como analisou Frantz Fanon. O repartidor de pizza teria feito a coisa certa? Spike Lee termina seu filme nos convidando a refletir sobre como agir frente à violência colonial, colocando na tela o pensamento de Luther King:

Violência como forma de alcançar a justiça racial é imoral e impraticável, porque é uma espiral que termina destruindo tudo. A velha lei do olho por olho deixa todos cegos. É imoral porque parece humilhar o oponente antes de conquistar a sua compreensão, busca aniquilar em lugar de converter. Imoral porque é conduzida por ódio no lugar de amor, destruí a comunidade e faz impossível a irmandade. Leva a sociedade para o ódio no lugar do diálogo. Termina por se autoderrotar. Cria amargura nos sobreviventes e brutalidade nos destruidores.

E o de Malcolm X:

Creio haver muita gente boa na América, mas também há muita gente má e os más parecem ter poder. Por isso você e eu temos que preservar o direito de fazer o necessário para dar fim a esta situação. Isso não quer dizer advogar violência, mas ao mesmo tempo não estou contra o uso da violência como autodefesa, não chamo de violência quando é autodefesa – o chamo de inteligência.

O questionamento que fica no ar – qual a coisa certa a fazer a cada vez que um negro é assassinado como *Rádio Raheem*, que Spike Lee criou espelho na morte do grafiteiro Michael Stewart, também asfixiado por policias brancos em 1983, como em 2014 o vendedor ambulante Eric Garner, e em 2020, George Floyd? De forma simi-

lar no Brasil morreram o jovem Pedro Henrique Gonzaga, em 2019, e o pensionista José Alberto Silveira Freitas, em 2020. Todos, como muitos outros, morreram nas mãos dos intermediários do poder que, sem dissimular a dominação, se serviram da linguagem pura da violência colonial, segundo descrita por Frantz Fanon; e simplesmente por ter cometido o delito de se impor e encarar o mundo como se tivessem o direito de estar aqui, segundo observou James Baldwin.

BALANÇO E PERSPECTIVAS: VIDAS NEGRAS IMPORTAM

As lutas antirracistas na década de 1960 nos Estados Unidos tiveram grande repercussão internacional graças a lideranças como Luther King e Malcolm X. James Baldwin voltou da França para se unir a eles nas marchas pelos direitos civis, enquanto Frantz Fanon morria também nos Estados Unidos. Ambos afro-americanos, um da ilha caribenha de Martinica e o outro do Harlem de Nova York, quando jovens tinham emigrado para a França onde começaram seu ativismo, não através da religião, que consideravam alienante, mas através da psiquiatria e da literatura. Ambos deixaram um importante legado justo antes de morrer (ambos de câncer) para uma maior consciência sobre a violência colonial exercida contra os negros nas Américas e na África. Em “Os Condenados da Terra”, aparece desnuda a violência do branco exercida abertamente pelo intermediário (o policial e/ou militar) para sempre ter o negro submetido; e no documentário “Eu não sou seu negro”, James Baldwin transmite a dor sobre essa violência colonial à que foi muito sensível. Ainda vimos como a violência colonial nos Estados Unidos tem o aval da 13ª Emenda da Constituição dos EUA de 1865, que abre brecha para rotular como criminoso qualquer indigente, sem teto, mendigo e/ou desempregado. De certa forma foi o que aconteceu com George Floyd, vigilante negro que ficou desempregado no início da pandemia, quando foi “executado” por ter comprado cigarros com dinheiro falso.

Spike Lee, que ainda vive, durante sua infância se nutriu da riqueza dos movimentos negros dos anos de 1960 que viveu no bairro do Brooklyn, para levar ao cinema, como James Baldwin fazia nas suas novelas, a continuação da denúncia da violência colonial – assim que se converteu também em um “ativista”. Concretamente “Faça a coisa certa” foi realizado em memória de outros jovens afro-americanos que durante a década também conturbada de 1980 morreram como George Floyd. O filme vai mais além da denúncia e, preconizadamente nos mostra, desde seu bairro de uma Nova York

contemporânea, os desafios da convivência multicultural e multirracial de um mundo globalizado que ainda arrasta a violência colonial como forma de dominação.

Spike Lee escolheu como final da trama o conflito dentro da pizzaria que levaria a *Rádio Raheem* à mesma morte que a de George Floyd, com a consequente repulsa da vizinhança saqueando, derrubando e incendiando a pizzaria onde todos se encontravam e desconstruíam – o que seria o certo a fazer, usar a violência como defesa, seguindo Malcolm X, ou se manifestar não violentamente, como predicava Luther King? Spike Lee deixa a pergunta sem resposta explícita para incentivar o debate.

Trinta anos depois, como se nada tivesse mudado, podemos encontrar uma resposta com o filósofo e ativista afro-americano Cornel West quando, entrevistado pela *Cable News Network-CNN* (Cabepr11, 2020) durante as manifestações de raiva do povo negro, e da população mundial em geral, pelo assassinato de George Floyd, acontecidas em plena pandemia durante o mês de junho de 2020, declarou que seria muito grave se a população não tivesse reagido perante tamanho linchamento. Cornel West ainda apontou para a gravidade da situação: o sistema não consegue se reformar e, quando falha o Estado, também não consegue proteger os cidadãos, nem inclusive quando dirigido por lideranças negras. Nesse ponto lembra que o movimento *Black Lives Matter* (“Vidas Negras Importam”) surgiu durante o governo de Obama (Cabepr11, 2020) – precisamente em 2013, após a absolvição do segurança branco que matou, a tiros, o jovem afro-americano Trayvon Martin; e em 2014 o movimento tornou-se reconhecido nacionalmente por suas manifestações de rua após o assassinato de outros dois afro-americanos: Michael Brown e Eric Garner (também asfixiado), que provocaram muitos protestos e distúrbios por todo o país (Carbone, 2020).

Então, a esquerda progressista, mesmo querendo colocar negros no poder, perde legitimidade e “a violência é a única alternativa”, afirmou Cornel West na entrevista da CNN (Cabepr11, 2020). Augurou um futuro violento para os Estados Unidos, sem alternativa, porque, como observou James Baldwin, o problema dos negros na América é o problema da América, um país, e um continente, construído com a força da mão escravizada. Esta visão crítica está muito distante dos governantes e da maioria branca, que James Baldwin considerou imatura para se questionar sobre sua necessidade de ter inventado o negro.

No Brasil, a situação também é dramática: existe uma grande guerra não declarada, se acirrando há décadas, entre negros, que vêm em no mundo do crime uma opção para sair da miséria absoluta em curto prazo, e o estado comandado por

homens brancos. Entre os anos de 2007 e 2017 a taxa de negros brasileiros vítimas desta guerra cresceu 33,1%, enquanto a de não negros apresentou um aumento de 3,3%. No ano de 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020).

Com este panorama negativo, onde parece que o ativismo fica anulado por uma história que se repete, o movimento “Vidas Negras Importam”, ao mesmo tempo em que revela que ainda, quase 60 anos depois da morte de Frantz Fanon, Medgar Evers, Luther King e Malcolm X, seja preciso gritar que as vidas negras também importam, toma uma maior força ao congregar gente de todas as raças, sexos e países, com a repercussão midiática da globalização contemporânea, de tal forma que exerce uma maior pressão por uma justiça justa. A indignação provocada pela absolvição do assassino do jovem afro-americano Trayvon Martin em 2013, gerou um movimento que frente ao assassinato de George Floyd, mobilizou grandes massas por todo o mundo, e com certeza esse fato exerceu uma pressão sobre a justiça para em um ano condenar como culpável a seu verdugo. E o derrubamento de estatuas de tiranos gerou uma polêmica que vai durar por um tempo, e já modificou as regras do jogo em alguns lugares.

James Baldwin implorou pela consciência dos brancos para se perguntar pela necessidade de inventar o negro, porque o negro é uma criação do branco, como dizia Frantz Fanon, e James Baldwin vai responder “eu não sou seu negro, eu sou um ser humano como você”. Também Fanon (1968) observou os colonizados da África tomando consciência de que eles respiram igual ao branco, só que sua respiração sempre foi silenciada, abafada e até asfixiada. O grito de George Floyd agonizando sob a opressão dos policiais brancos nos lembrou tragicamente disso – não posso respirar!!!. “Pela Europa, por nós mesmos e pela humanidade, camaradas, temos de mudar de procedimento, desenvolver um pensamento novo, tentar colocar de pé um homem novo” (Fanon, 1968, p. 275); um homem novo que encare e abrace a este desconhecido sobre quem tem se falado mal por tanto tempo, como dizia James Baldwin.

Depende de todos nós no mundo global nos abrir ao desconhecido que o branco transformou em monstro, vagabundo, criminoso, pecaminoso, para aprender a reconhecer-lo e respeitá-lo como diferente. A luta negra pelo fim do racismo e a igualdade racial chegou a um estágio que se faz necessário ser uma luta unificada com pessoas brancas que partilham os mesmos interesses, mesmo que muitas delas sejam incapa-

zes de compreender a revolta das vítimas e o preço pago por elas. Porque quando o colono deixa de tomar o lugar dos outros, passando a conceber a Terra como o bem comum; quando o colono reconheça ao colonizado como igual na sua diferença, no seu direito de ser o que ele deseja ser, o colonizado não se sentirá violentado e deixará de ser uma “ameaça”. Então brancos e pretos poderão aprender os uns com os outros.

REFERÊNCIAS

- Bezerra, P. R. B. (2017). *Desejo, identidade e espacialidade em James Baldwin*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7376>
- Cabepr11. (2020, 31 de maio). *Prof. Cornel West em CNN [subtitulado em espanhol]* [Vídeo]. No YouTube. <https://youtu.be/GiPJ-GEmHWg>
- Carbone, V. L. (2020). Black livesmatter, violencia institucional y racismo estructural en un Estados Unidos en crisis. In:Rodríguez, R. R., Canales, A. I., Fernández, D. C., Carbone, V. L., Nieto, J. Z., Martínez, J. H., Morgenfeld, L., Katz, C., & Martins, C. E. (Ed.), *Estados Unidos: miradas críticas desde Nuestra América* (pp. 20-29). CLACSO. <https://val-carbone.medium.com/black-lives-matter-violencia-institucional-y-racismo-estructural-en-un-estados-unidos-en-crisis-681b7f72962e>
- DuVernay, A. (Diretora). (2016). *A 13ª Emenda* [Filme]. Netflix. <https://www.netflix.com>
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Civilização Brasileira.
- Faustino, D. M. (2018). *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro*. Círculo Contínuo Editorial.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. LTC.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Atlas da Violência*. Ministério da Economia do Brasil. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/2010-atlas-da-violencia-2020.pdf>

Violência Colonial em Frantz Fanon, James Baldwin e Spike Lee

Lee, S. (Diretor). (1989). *Faça a Coisa Certa* [Filme]. Universal Studios.

Peck, R. (Diretor). (2016). *I Am Not Your Negro* [*Eu Não Sou Seu Negro*][Filme]. Magnolia Pictures.

Pérez, H. J. S. (2008). *El cine de Spike Lee: análisis de la violencia social en la película Do the Right Thing*. [Tese de Licenciatura em Comunicação, Facultad de Comunicación, Universidad de Piura]. Repositorio Institucional. <https://pirhua.udep.edu.pe/handle/11042/1999?show=full>